

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (semana de 27/04 a 01/05/2020):

1. COVID19: RES	SPOSTA ECONÓMICA E SOCIAL	1
	Audição aos co-relatores do PE para o QFP 2021-27	1
	BICC - Budgetary Instrument for Convergence and Competitiveness	1
	SURE - Support to mitigate Unemployment risks in an Emergency	3
	Taxa sobre transações financeiras	3
2. COVID - 19: D	ESINFORMAÇÃO E AS RELAÇÕES COM A CHINA	3
3. COVID-19: AP	PS DE RASTREABILIDADE DE CONTÁGIO	6
4. PARLAMENT	O EUROPEU - COMISSÕES	6
	ECON - Assuntos Económicos e Monetários	6
	LIBE - Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos	7
5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE		7
	Reunião por videoconferência dos ministros responsáveis pelo Turismo	7
	Reunião por videoconferência dos ministros da Energia	7
	Reunião por videoconferência dos ministros dos Assuntos Internos	7
	Reunião por videoconferência dos ministros dos Transportes	7
6. FONTES DE IN	Reunião por videoconferência dos ministros dos Transportes NFORMAÇÃO COVID-19	7 8
	•	
	NFORMAÇÃO COVID-19	8
	NFORMAÇÃO COVID-19 PRÓXIMA SEMANA	8



1. COVID19: RESPOSTA ECONÓMICA E SOCIAL

Após a <u>reunião</u> do Conselho Europeu da passada semana, de que demos nota na <u>Síntese n.º 36</u>, a a Comissão Europeia foi encarregada de "analisar as necessidades exatas e de apresentar, com caráter de urgência, uma proposta que esteja à altura do desafio", sendo que essa proposta "deverá clarificar a articulação com o QFP, que, em todo o caso, terá de ser ajustado para fazer face à atual crise e às suas consequências." Apesar da expectativa inicial de que essas propostas fossem apresentadas no dia 6 de maio, não será de excluir que tal só venha a acontecer no dia 13, dada a <u>complexidade dos trabalhos envolvidos</u> e das <u>negociações prévias</u> que exige. Destacamos aqui alguns dos debates e temas desta semana com relevo neste contexto.

Audição aos co-relatores do PE para o QFP 2021-27

A Comissão de Assuntos Europeus promoveu, no dia 30 de abril, uma audição com os Deputados ao Parlamento Europeu (PE) <u>Margarida Marques</u> (S&D) e <u>José Manuel Fernandes</u> (PPE), que fazem parte da <u>equipa negocial do PE</u> para o próximo Quadro Financeiro Plurianual 2021-27 e para os Recursos Próprios da União.

Neste debate, que está disponível na íntegra aqui, foram perspectivados os cenários relativamente aquilo que poderá vir a ser a proposta da Comissão Europeia e os diversos vetores a considerar, como a estrutura do QFP (2+5 anos ou 3+4, para fazer o frontloading do investimento), os objetivos do Fundo de Recuperação (resiliência da zona euro, recuperação económica e reposição do normal funcionamento do Mercado Interno), as dificuldades técnicas e políticas para aumentar o tecto dos Recursos Próprios para 2% do RNB da UE já em janeiro de 2021, a distribuição dos montantes por políticas e por Estados-Membros, o equilíbrio entre subvenções e empréstimos, bem como as precisões que importa ter presente no que diz respeito às diferenças entre os recursos próprios disponíveis (novos ou atuais) e os efetivos montantes que constituirão o QFP 2021-27.

Importa, neste âmbito, recordar o que está em causa e as principais linhas desta negociação, sintetizadas neste *briefing* do Parlamento Europeu sobre o QFP 2021-27.

BICC - Budgetary Instrument for Convergence and Competitiveness

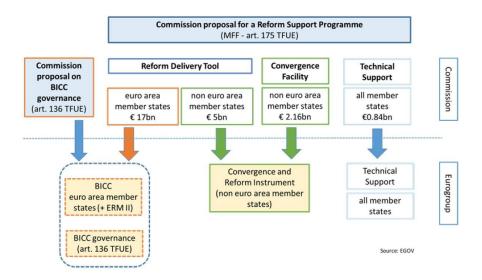
Um dos elementos que mais tem sido debatido nos últimos dias, antecipando-se que venha a ter um papel reforçado neste novo contexto, é o <u>BICC</u> (<u>Budgetary Instrument for Convergence and Competitiveness</u>), instrumento esse que é um <u>dos pontos negociais mais importantes para o Governo português</u> nesta negociação do QFP 2021-27. O BICC tem origem numa <u>proposta</u> da Comissão para a criação de um <u>Programa de Apoio às Reformas e uma Função Europeia de Estabilização do Investimento</u>, e visa estabelecer uma ferramenta orçamental para financiar as reformas estruturais e os investimentos públicos nos Estados-Membros da União Económica e Monetária. O objetivo central é de funcionar como uma espécie de orçamento da zona euro, fortalecendo o potencial de crescimento das suas economias e a sua resiliência.

De acordo com a informação disponível, o **BICC** será integrado no **QFP 2021-27**, mediante uma alteração da proposta inicial da Comissão, sendo que a *negotiating box* apresentada pelo Presidente do Conselho Europeu alocava a esta instrumento uma verba de 17 mil milhões de euros para os 19 Estados-Membros da zona euro. Por outro lado, no âmbito das negociações sobre este instrumento, ficou acordada a inclusão de uma cláusula no Regulamento que

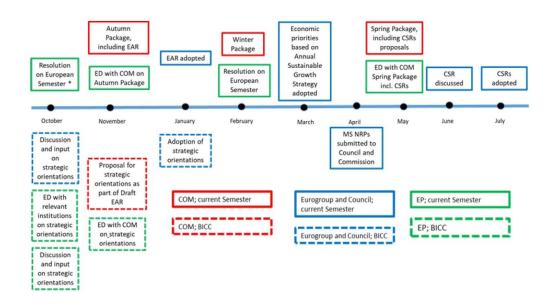
1



permitirá aos Estados-Membros participantes reforçarem a sua contribuição para o financiamento do BICC (top-up) além dos recursos afetos pelo orçamento da União, o que se fará, provavelmente, através de um acordo intergovernamental separado. Em termos gerais, a base da proposta da Comissão Europeia pode ser compreendida de acordo com o esquema seguinte:



O Parlamento Europeu, através da sua Comissão para os Assuntos Económicos e Monetários, apresentou na passada semana o seu projeto de relatório sobre esta matéria. Esta negociação e os seus distintos vetores, propostas e objetivos são temas de grande densidade, motivo pelo qual a Unidade para a Governação Económica do PE publicou esta semana um estudo detalhado que sistematiza os traços principais daquilo que conhecemos até agora, perspetivando as próximas etapas. O quadro abaixo, que consta desse estudo, apresenta graficamente a posição do PE no referido relatório. O motivo pelo qual trazemos este tema é a possibilidade de que o BICC, sua dimensão, âmbito e objetivos, venha a ser um dos pontos principais da negociação sobre o QFP 2021-27 que se reabrirá nas próximas semanas.





SURE - Support to mitigate Unemployment risks in an Emergency

No que diz respeito ao <u>SURE</u>, prosseguiram esta semana as negociações entre os Estados-Membros a nível técnico sobre os contornos exatos deste instrumento que, recorde-se, o Conselho Europeu determinou que esteja vigor a 1 de junho. O eixo central deste instrumento é a possibilidade de a Comissão obter cerca de 100 mil milhões de euros de financiamento nos mercados, mediante garantias de 25 mil milhões de euros disponibilizadas pelos países, para apoiar os esforços dos Estados-Membros nos programas de compensação implementados pelas empresas para redução dos horários de trabalhos (*lay-off*). Vários Estados-Membros solicitaram a <u>inclusão de uma sunset clause</u> no Regulamento para que este sistema cesse a 31 de dezembro de 2022, com possibilidade de prorrogação por mais seis meses caso a pandemia ainda o justifique. Por outro lado, prevê-se ainda que a Comissão ficará encarregada de informar o Conselho e o Parlamento a cada seis meses sobre quais os Estados-Membros.

Taxa sobre transações financeiras

Um outro tema que tem ressurgido nas últimas semanas, especialmente no contexto do debate sobre novas formas de financiamento da UE, é o da Taxa sobre Transações Financeiras (FTT, no acrónimo em inglês). Recorde-se que o ponto de situação atual é o seguinte: em 2011, a Comissão apresentou uma proposta relativa a um sistema comum de imposto sobre as transações financeiras e, na sequência de discussões intensas sobre este tema no ECOFIN, concluiu-se, no verão de 2012, que os 27 Estados-Membros não chegariam a uma posição unânime num prazo razoável.

Porém, no outono de 2012, <u>11 Estados-Membros solicitaram oficialmente</u>, por escrito, à <u>Comissão</u>, que fosse autorizada a cooperação reforçada no domínio do imposto sobre as <u>transações financeiras</u>, com base na <u>proposta</u> apresentada por esta instituição em 2011. Estes 11 Estados-Membros¹ têm prosseguido as negociações desde então.

A Alemanha, que tem liderado as negociações sobre a redação de uma proposta - e que assumirá a Presidência rotativa do Conselho da UE no 2.º semestre de 2020 - apresentou um <u>novo texto</u> recentemente, no qual se isentam os fundos de pensões do pagamento deste imposto, exigência que era feita pela Bélgica e pela Eslováquia. Subsistem algumas <u>divergências</u>, nomeadamente a insistência da Áustria em tributar os contratos de derivados e os acordos de recompra, mas este é um dossiê que pode, igualmente, ganhar nova relevância política.

2. COVID - 19: DESINFORMAÇÃO E AS RELAÇÕES COM A CHINA

O Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE) publicou, no final da passada semana um <u>relatório</u> <u>especial</u> intitulado "Breve avaliação das narrativas e desinformação acerca da pandemia COVID-19".

Este trabalho foi preparado pela <u>East Stratcom Task Force do SEAE</u> que, através do seu projeto <u>EUvsDisinfo</u> se dedica, desde 2015, a procurar <u>aumentar a perceção pública</u> das atividades de desinformação do Kremlin e das autoridades russas que visam a União Europeia, através da

-

¹ Alemanha, França, Áustria, Bélgica, **Portugal**, Eslovénia, Estónia, Grécia, Itália, Espanha e Eslováquia.



análise de dados e notícias em 15 línguas. Todas as semanas, à 5.ª feira, é publicado um boletim com as principais operações de propaganda e desinformação com origem na Rússia e o respetivo contrafactual. A <u>subscrição</u> deste boletim está disponível online e é de grande utilidade para melhor compreender estes fenómenos, bem como uma <u>base de dados pesquisável</u> de casos de desinformação expostos e contrariados.

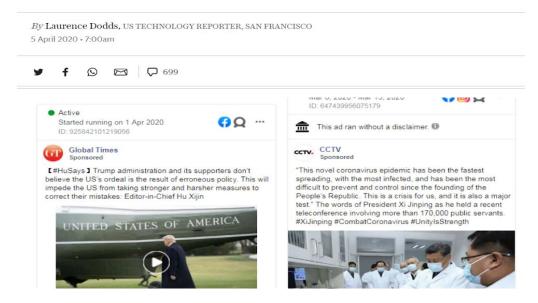
Este relatório, que **incidiu sobre a COVID-19** e alargou um pouco o âmbito da análise (incluindo, nomeadamente, a China), identifica as várias formas de desinformação, má informação e mitos, além das deliberadas manipulações através de campanhas coordenadas. Com efeito, pode ler-se que "apesar do seu potencial impacto grave na saúde pública, fontes oficiais e patrocinadas por vários governos, incluindo o da Rússia e - em menor grau - o da **China**, têm continuamente desenvolvido narrativas conspirativas e desinformativas dirigidas ao público europeu e da sua vizinhança." No relatório, são avançados alguns exemplos concretos relativos a Pequim, igualmente descritos em <u>alguns relatos da imprensa europeia</u>:

- dirigentes e órgãos de comunicação chineses que <u>procuram diluir quaisquer referências a</u>
 <u>Wuhan</u> como origem da COVID-19;
- supressão doméstica de publicações científicas relacionadas com a COVID-19;
- alguns canais de comunicação controlados pelo Estado continuam a difundir a teoria de que o surto em Wuhan está relacionado com a presença de militares americanos no território.

Por outro lado, considera-se que há provas suficientes operações secretas chinesas nas redes sociais, tendo a <u>Propublica</u>² denunciado uma <u>rede de desinformação no Twitter</u> com fortes ligações ao Governo chinês. O Daily Telegraph deu nota de que <u>meios de comunicação estatais chineses têm comprado anúncios no Facebook e no Instagram</u> para elogiar a gestão chinesa do surto do coronavírus e criticar o papel dos EUA nesta crise.

China floods Facebook with undeclared coronavirus propaganda ads blaming Trump

Exclusive: State news outlets have bought numerous ads extolling China's response to the pandemic and attacking the mistakes of the US $\,$



² Rede de investigação jornalística.

-



Note-se, porém, que o G7 já havia <u>alertado para esta situação</u> na sua reunião de março e que, em França, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Jean-Yves le Drian <u>convocou o Embaixador Chinês em Paris para lhe dar nota do desagrado</u> relativamente a várias notícias publicadas em sites oficiais chineses (inclusive, o da <u>Embaixada</u>) sobre a gestão que Paris tem feito da crise COVID-19³.

A publicação deste relatório trouxe bastante **controvérsia**, pois a sua publicação esteve prevista para o dia 20 de abril, tendo o jornal <u>Politico</u> noticiado excertos do seu conteúdo, mas foi sendo sucessivamente adiada até ter sido finalmente divulgado no dia 24 de abril.

A diferença de linguagem entre a <u>versão</u> <u>inicial</u> e não oficial noticiada pelo Politico e a <u>publicada</u> oficialmente, alegadamente suavizada no que diz respeito à China, foi amplamente difundida por alguma da imprensa internacional (como o <u>NY</u> <u>Times</u> ou o <u>Financial Times</u>), dando nota de que essas alterações teriam ocorrido por pressão das autoridades chinesas junto da UE.

O Deputado ao Parlamento Europeu <u>Bart</u> <u>Groothuis</u> (Países Baixos, Liberais) escreveu uma <u>carta</u> ao Alto-Representante Josep Borrell, assinada por mais 58 Deputados, exigindo explicações sobre esta matéria, nomeadamente a clarificação sobre se teria ou não ocorrido uma reedição do relatório para acomodar estas pressões.

FINANCIAL TIMES

my**FT**

CORONAVIRUS **BUSINESS UPDATE**30 days complimentary

Get the newsletter now

Chinese politics & policy

+ Add to myFT

China warned EU 3 times over virus propaganda report

Diplomatic complaints highlight Beijing efforts to curb criticism over pandemic



The warnings from Beijing came after the news organisation Politico reported excerpts from the EU disinformation report © Getty Images



Michael Peel in Brussels and **Tom Mitchell** in Singapore APRIL 26 2020

□ 611

O Parlamento Europeu havia aprovado,

na Sessão Plenária de 17 de abril, uma <u>resolução</u> sobre esta matéria (cfr. ponto 54), tendo promovido uma <u>audição</u> com o Alto-Representante na Comissão de Assuntos Externos na <u>tarde</u> do dia 30 de abril, que o Politico analisa com detalhe <u>aqui</u>.

³ Em Portugal, o Embaixador chinês publicou esta semana um <u>artigo de opinião</u> no Público intitulado "É óbvio para todos o contributo da China para a luta global contra a pandemia da covid-19".



3. COVID-19: APPS DE RASTREABILIDADE DE CONTÁGIO

Na <u>síntese n.º 36</u>, demos nota dos desenvolvimentos mais recentes relacionados com a <u>recomendação</u> para a criação de aplicações de telemóvel que permitam a rastreabilidade dos contactos para aferir da possibilidade de contágio. Esta semana, os Ministros dos Assuntos Internos da UE (cfr. ponto 5 abaixo) <u>declararam</u> que estas aplicações "podem contribuir para aligeirar ou abolir os controlos internos de fronteiras internas na UE e para a potencial supressão das restrições de entrada na UE a partir das fronteiras externas."

No Reino Unido, o <u>NHSX</u> (think tank do SNS britânico, vocacionado para a transformação digital) anunciou que <u>os testes para implementação desta *app* devem começar dentro de duas semanas</u>, abrangendo cerca de 80% da população.

Tem havido um <u>intenso debate sobre a arquitetura destas aplicações</u> sendo que, na Alemanha, caberá Deutsche Telekom e à SAP o seu desenvolvimento através da implementação de uma estrutura descentralizada e que permita a interoperabilidade com outras soluções europeias, o que representa uma <u>mudança na abordagem inicialmente preconizada</u> por Berlim.

Em França, o 1.º Ministro <u>anunciou</u> que terão lugar no Parlamento um debate e uma votação sobre a utilização destas aplicações antes do fim do confinamento a 11 de maio. Designada de <u>StopCovid</u>, a implementação desta aplicação tem gerado <u>controvérsia</u> em França, face à intenção inicial de não realizar um voto no Parlamento.

Por outro lado, o PE e a Comissão Europeia têm <u>encorajado a utilização de aplicações</u> <u>descentralizadas</u>, que armazenem os dados nos dispositivos e não nas nuvens (*clouds*) das operadoras e a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados emitiu um conjunto de <u>diretrizes sobre a utilização destas aplicações</u>, alertando para os <u>riscos de privacidade e intrusão</u>. O Conselho da Europa emitiu esta semana uma <u>declaração apelando a que estas *apps* armazenem o maior número possível de dados nos aparelhos</u> e não de forma centralizada.

4. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES

ECON - Assuntos Económicos e Monetários

Realizou uma <u>audição</u> com o Vice-Presidente Executivo da Comissão <u>Valdis Dombrovskis</u> (*Uma economia ao serviço das pessoas*) e com o Comissário Paolo Gentiloni (*Economia*) sobre a resposta económica e financeira à crise provocada pela COVID-19). Nas suas intervenções, os Comissários anunciaram que a **Comissão irá publicar as suas previsões económicas de primavera no dia 7 de maio**, antecipando já que a perspetiva será idêntica à do FMI: cerca de 7,5% de contração económica na zona euro. Sobre o Fundo de Recuperação, foi referido que este será ancorado no QFP 2021-27, mas foi afastada a ideia de títulos de dívida perpétua (ideia defendida por <u>Espanha</u>).

Paolo Gentiloni confirmou, ainda, que a Comissão Europeia planeia ainda a apresentação de um pacote de respostas fiscais na resposta a esta crise, nomeadamente uma taxa sobre os serviços digitais e uma taxa mínima de imposto empresarial em 20121. As várias intervenções dos



Deputados centraram-se na necessidade de conhecer <u>mais detalhes sobre o que será o Fundo de</u> <u>Recuperação</u>, bem como o equilíbrio necessário entre empréstimos e subvenções.

LIBE - Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

Realizou um <u>debate</u> sobre o futuro Pacto Europeu de Asilo e Migrações que a Comissão Europeia deverá apresentar, indicando três pontos essenciais: i) desenvolver caminhos legais para reduzir a migração ilegal e preencher as lacunas do mercado de emprego; ii) explorar a abordagem das migrações por setor laboral, facilitar o acesso à residência e aos direitos de reagrupamento; iii) todos os Estados-Membros beneficiam de uma abordagem europeia à migração laboral.

5. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião por videoconferência dos ministros responsáveis pelo Turismo

Realizada a <u>27 de abril</u>, analisou o impacto da COVID-19 no setor do turismo, que tem registado uma rápida e acentuada quebra da procura e um súbito aumento do desemprego, com partilha de informações e boas práticas sobre as medidas a nível nacional e da UE. Um grupo de 12 Estados-Membros escreveu uma <u>carta</u> apelando, entre outras medidas, a uma flexibilização do regulamento da UE sobre os direitos dos passageiros. No final da reunião, a Presidência croata emitiu um <u>comunicado de imprensa</u> com os principais resultados.

Reunião por videoconferência dos ministros da Energia

Realizada a 28 de abril, dedicou-se ao impacto da pandemia de COVID-19 no setor da energia, tendo a Comissão Europeia prestado aos ministros informações atualizadas sobre os planos nacionais em matéria de energia e clima (PNEC) e as estratégias de renovação a longo prazo.

Após o final da reunião, a Presidência croata publicou uma <u>síntese</u> dos resultados.

Reunião por videoconferência dos ministros dos Assuntos Internos

Realizada a 28 de abril, os ministros da UE responsáveis pelos Assuntos Internos debateram o caminho a seguir em termos de resposta à COVID-19 no domínio dos assuntos internos. Os ministros foram informados da situação e dos desafios atuais no tocante à migração. No final da reunião, a Presidência croata emitiu um comunicado de imprensa, a que aludimos no ponto 3.

Reunião por videoconferência dos ministros dos Transportes

Os <u>ministros dos transportes da UE</u> debateram as possíveis medidas adicionais e na coordenação da redução gradual das restrições. No final da reunião, a Presidência croata publicou um <u>comunicado</u> de imprensa e uma <u>síntese</u> dos resultados do debate. Importa referir que o grupo de interesses <u>Airlines for Europe</u> (A4E) havia enviado uma <u>carta</u> aos Ministros antes do Conselho, alertando para as necessidades do setor e sobre as questões relacionadas com a segurança a bordo,



nomeadamente a inviabilidade de medidas como a redução do número de passageiros ou a supressão de lugares nos aviões. A Associação Internacional de Aviação Civil (<u>IATA</u>) fez um <u>inquérito sobre as expectativas dos passageiros</u>, concluindo que cerca de 40% estão dispostos a esperar até seis meses para voltar a viajar e cerca de 60% acredita voltar a viajar nos próximos dois meses. Finalmente, o setor <u>solicitou</u> também aos Ministros que as mudanças sejam coordenadas pelos Estados-Membros, no plano operacional.

6. FONTES DE INFORMAÇÃO COVID-19

Na <u>Síntese n.º 35</u>, apresentámos uma lista de fontes de informação sobre a COVID-19, que complementamos agora com esta <u>edição especial</u> da <u>biblioteca</u> do Conselho da União Europeia.

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

- Comissão de Mercado Interno e Proteção dos Consumidores: Audição com a Vice-Presidente Executiva da Comissão M. Vestager sobre a <u>transição digital</u> (04.05);
- Comissão de Assuntos Externos: Audição com o Comissário Olivér Várhelyi (Alargamento e Vizinhança) sobre a Cimeira UE-Balcãs (07.05).

Comissão Europeia

A próxima reunião formal do Colégio agendada para 6 de maio, estando prevista a apresentação das propostas de *Fundo de Recuperação Económica*, de *proposta revista para o próximo QFP 2021-27*, bem como da *atualização do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2020*. Porém, não será de excluir que a apresentação destas propostas venha a ser <u>adiada para o dia 13 de maio</u>, face à complexidade dos preparativos técnicos e das negociações políticas em curso.

A Comissão apresentará a previsões económicas da primavera no dia 7 de maio.

Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, incluindo o da próxima <u>semana</u>. Reuniões:

- 5 de maio: <u>Video conference of employment and social affairs ministers</u>
- 5 de maio: <u>Videoconferência dos ministros responsáveis pelas Telecomunicações</u>
- 6 de maio: <u>Videoconferência dos dirigentes da UE e dos países dos Balcãs Ocidentais</u>
- 8 de maio: <u>Eurogrupo</u>

Bruxelas | 1 de maio de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Pode consultar as Sínteses anteriores <u>aqui</u> (ARNet) ou <u>aqui</u>.